

Governo depende de receita extra para fechar as contas

O governo federal vem se apoando em receitas atípicas - que não se renovam - para fechar suas contas ao longo dos últimos meses. No ano passado, a conta demais receitas da Receita Federal, que inclui as tais receitas atípicas, fechou em R\$ 5,6 bilhões. Para este ano, a estimativa é de uma arrecadação de R\$ 8 bilhões, provenientes principalmente das concessões da banda B de telefonia celular e da tributação do estoque de aplicações em fundos de renda fixa.

Mas de acordo com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, é exatamente esta a estratégia do governo: salvar-se com as receitas extras até que seja possível reduzir gastos com as reformas estruturais que estão sendo implementadas. "Isto vai durar mais dois a três anos", diz.

Os técnicos do Tesouro Nacional reclamam que o aumento das despesas do governo na área social, por exemplo, não veio acompanhado de uma fiscalização mais intensiva na qualidade destes gastos. Serão R\$ 5 bilhões este ano para despesas como assistência social a idosos e deficientes. Como este gasto não é descentralizado, há muitas denúncias de fraudes na concessão dos benefícios.

Com a liberação do contingenciamento de 12% para o orçamento de ministérios e órgãos públicos, o controle dos gastos ficou ainda mais difícil. Os ministérios poderão contratar serviços mesmo que não haja recursos financeiros para cobri-los. E para a maioria dos ministérios, esses recursos financeiros

não virão: o governo cortou 8% nos gastos previstos em todos os ministérios - exceto Saúde e Educação. Os desembolsos para pagar a nova despesa dos demais ministérios ficarão para 1999 - a despesa é lançada na conta restos a pagar. Segundo cálculos de técnicos do Tesouro, o potencial de crescimento dessa conta é de R\$ 2,6 bilhões.

Pequeno aumento

Para compensar o aumento de gastos, o governo não conta com uma arrecadação expressiva. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, calcula que, neste ano, a receita de impostos deverá somar R\$ 120 bilhões contra R\$ 112 bilhões do ano passado, registrando um crescimento nominal de 7,14%. Se descontada a inflação de 4%, prevista para este ano, o crescimento real da arrecadação cai para 3,02%. Levando-se em conta o crescimento esperado da economia, de 2% para este ano, o que aumenta naturalmente as receitas, o crescimento da arrecadação ficaria na faixa de 1% real, dentro, portanto, das estimativas da Receita. "Estamos prevendo um pequeno crescimento", diz a secretária-adjunta da Receita, Lytha Spíndola.

Esse crescimento será modesto, apesar do aumento das receitas atípicas. Uma dessas receitas decorreu da tributação do estoque das aplicações em fundos de renda fixa nos três primeiros meses de 1998. No período, o Fisco recebeu R\$ 1,7 bilhão de aplicações antigas e novas, muitas delas com cinco anos de vida. Ou seja, descontando também esse efeito, o resultado da arre-



PARENTE: implementação das reformas demorará até três anos

cadação este ano poderá não ser melhor que o do ano passado. Em março, chegaram mais R\$ 2,5 bilhões das concessões de telefonia celular e outros R\$ 300 milhões das contas correntes bancárias não cadastradas.

A rubrica demais receitas leva em conta diversas taxas e contribuições específicas, divididos pagos ao governo por empresas estatais, entre outras fontes de arrecadação pequenas mas constantes. Nos últimos tempos, porém, o que tem pesado nesta conta são mesmo as receitas das concessões na área de telecomunicações.

Frustação

Por causa da mini recessão do início do ano, alguns impostos perderam o vigor, principalmen-

te aqueles relacionados à produção. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis, por exemplo, teve uma queda de 27,3% entre o primeiro trimestre deste ano e o mesmo período do ano passado. Uma das medidas do pacote fiscal de novembro foi justamente o aumento do IPI de carros e bebidas. Mas a queda das vendas frustrou a expectativa de arrecadação adicional de R\$ 800 milhões em 1998 prevista pelo pacote. Outra fonte de receita atípica que vai ficar mais rara é a conversão de depósitos judiciais em renda da União. Em 1995, a conversão rendeu R\$ 1,9 bilhão. Em 1996, foram R\$ 3 bilhões e no ano passado, R\$ 1,6 bilhão. Para este ano, a estimativa é de R\$ 800 milhões de arrecadação.

Geraldo Magela